

Do efeito Mühlmann ao princípio de falsificação: instituinte, instituído, institucionalização*

Remi Hess**

O conceito de *institucionalização* é polissêmico, equívoco e problemático. René Lourau fez dele o objeto de seu trabalho teórico. Abriu um canteiro de obras que gostaríamos de apresentar aqui.

Em francês, o termo “instituição” tem sentidos que variam de uma disciplina a outra, de um setor social a outro. Em diferentes contextos designa, freqüentemente, realidades diferentes. Apesar disso, pode-se constatar que o termo cobre duas famílias de significações, que desembocam em duas concepções da instituição. A primeira entende instituição como “forma social estabelecida” (o instituído). A segunda remete aos processos pelos quais uma sociedade se organiza (o instituinte).

O instituído

A primeira abordagem se apóia em uma dupla tradição: jurídica (Hauriou e Renard) e sociológica (Durkheim). As instituições são definidas como “fenômenos sociais, impessoais e coletivos, apresentando permanência, continuidade, estabilidade” (J. Chevallier, 1981). Nesta perspectiva, as instituições constituem uma ordem – superior aos indivíduos e aos grupos – que assegura a coesão social, realiza a integração e funda a perenidade da sociedade. As instituições são a expressão e a garantia da ordem social. De acordo com este ponto de vista, elas englobam as normas e as obrigações de comportamento (as normas jurídicas), bem como os grupos organizados no seio dos quais se efetuam os processos de aprendizagem e de socialização. M. Hauriou formula tal distinção opondo as instituições “inertes” (categoria de coisas)

às instituições “vivas” (de natureza corporativa; logo, personalizadas). Esta definição corresponde ao *instituído* social.

O instituinte

A partir de Rousseau, toda uma corrente de pensadores se interessa pela instituição enquanto processo: como nascem, como evoluem as instituições? Esta corrente vê a instituição como uma força, uma energia social, o produto de um contrato social. É a tradição do *instituinte*.

Devemos a Cornelius Castoriadis uma definição de instituição que incorpora a crítica em ato das instituições:

A instituição da sociedade pela sociedade instituinte se apóia sobre o primeiro estrato natural do já dado – e se encontra sempre (até um ponto de origem insondável) numa relação de recepção/alteração com o que tinha sido instituído... Quer enquanto instituinte quer enquanto instituído, a sociedade é intrinsecamente história – a saber, auto-alteração... A auto-alteração perpétua da sociedade é seu próprio ser, que se manifesta pela posição de formas-figuras relativamente fixas e estáveis e pela ruptura dessas formas-figuras, que só pode ser posição-criação de outras formas-figuras (Castoriadis, p. 496).

A questão da institucionalização

Em *L'analyse institutionnelle* (1969), René Lourau retoma essa dialética do conceito de instituição para elaborar a teoria da análise institucional – teoria, ao mesmo tempo, dos grupos, das organizações e das instituições que, ao fim dos anos 1960, define a instituição como o produto de uma confrontação permanente entre o instituído (o já dado, o que procura se manter) e o instituinte (forças de subversão, de mudança).

A análise institucional (AI) é um movimento simultaneamente teórico e prático, que nasce na França nos anos 1940 no campo da psicoterapia e da psiquiatria, e continua a se desenvolver hoje em dia em inúmeras

direções. Psiquiatras ou psicólogos (particularmente F. Tosquelles, seguido por J. Oury e F. Guattari), nos anos 1950, vêem o grupo e o estabelecimento como instâncias essenciais a serem trabalhadas, a fim de ajudar os doentes mentais a reconstruir uma transversalidade (conjunto dos pertencimentos institucionais de um sujeito ou de uma instituição). Nos anos 1960, este movimento da psicoterapia institucional se estende à pedagogia – reencontrando a pedagogia Freinet (R. Fonvieille e F. Oury) –, à filosofia (J.-P. Sartre, C. Castoriadis) e, em seguida, à intervenção psicossociológica e sociológica (G. Lapassade, R. Lourau). Vários conceitos são produzidos nessas confrontações. F. Guattari, por exemplo, inspirando-se em J.-P. Sartre, demonstra que pode ser constituída uma psicossociologia dos grupos a partir da dialética instituinte/instituído.

Guattari considera que existem dois estados dos grupos. Os *grupos objeto* são os produzidos pelo instituído: os trabalhadores na empresa industrial taylorista, os militantes no partido leninista, os alunos na sala de aula, os doentes no hospital psiquiátrico... Seu ser é determinado pela posição ocupada na estrutura hierárquica da instituição. O *grupo sujeito*, por outro lado, é aquele que libera as energias transversais, as energias livres que permitem, aos membros de um grupo, atualizar sua transversalidade (a multidão de pertencimentos que vem negar as posições instituídas). Esta liberação de energia permite que todos se tornem autores coletivos do espaço institucional. Assim, o *grupo sujeito* tende ao que poderíamos conceber como auto-organização. Esta autogestão é um ideal de gestão dos grupos. Pode-se tentar fazê-la emergir em situações educativas (autogestão pedagógica)... Mas ela surge espontaneamente nos períodos quentes (greves, revoluções), que se opõem aos períodos frios, durante os quais a estrutura instituída prevalece sobre as forças de mudança.

Dialetizando o conceito de instituição na linha de Castoriadis e do Lapassade de *Groupes, organisations, institutions* (1966), René Lourau elabora a teoria da AI, que se beneficia do movimento de Maio de 1968 para se estender além das fronteiras francesas, em direção a países

jovens ou países em transformação. Assim, Portugal, Espanha, Itália e América Latina, nos anos 1970, traduzem os trabalhos franceses e se tornam, eles próprios, produtores de conceitos e experiências. A vitalidade atual da AI é inegável, caso a julguemos pela multiplicidade de pesquisas que se inscrevem em sua perspectiva.

Para fazer a análise da dialética instituinte/instituído, o sociólogo institucionalista observa os processos de institucionalização. Em *Crítica da razão dialética*, Sartre os havia descrito como passagem do grupo em fusão à instituição.

O efeito Mühlmann

Em 1973, num artigo intitulado "Analyse institutionelle et question politique", René Lourau, que já era autor de *L'instituant contre l'institué* (1968), depois da leitura do livro de W. Mühlmann¹, propõe generalizar as observações feitas pelo antropólogo alemão no campo religioso:

Todos os exemplos de grupos e mini-organizações que acabam (isso acontece) por se tornar organizações de massa estão aí para ilustrar e verificar permanentemente uma grande lei sociológica que Mühlmann, abordando movimentos messiânicos revolucionários, assim enuncia: 'a instituição nasce e se desenvolve graças ao fracasso da profecia'.

E René Lourau prossegue:

O que a sociologia chama degeneração das instituições sob o efeito da organização burocrática é, de fato, o movimento mesmo da instituição. Do ponto de vista da profecia inicial, o movimento é efetivamente entrópico. Mas do ponto de vista do desenvolvimento das formas sociais, é de uma dinâmica que se precisa falar. A *institucionalização* não é uma queda, uma enfermidade. É o resultado da ação do princípio de equivalência que rege a vida social, do qual o efeito Mühlmann é um corolário.²

René Lourau mostra, então, o que é o *princípio de equivalência* – aquele que se impõe no direito no momento da Revolução Francesa (uma mesma lei para todas as províncias, uma mesma medida de comprimento, de peso etc.) e na economia política, onde Marx mostra ser o dinheiro o equivalente geral de toda mercadoria e ser a mercadoria o equivalente geral de toda relação social no capitalismo. Já no que concerne à instituição,

...o efeito Mühlmann, habitualmente descrito em termos de recuperação ou de integração, designa o processo pelo qual as forças sociais marginais ou minoritárias ou anômicas (ou todas de uma só vez) tomam forma, são reconhecidas pelo conjunto do sistema das formas sociais já instaladas. O instituído aceita o instituinte quando pode integrá-lo, quer dizer, torná-lo equivalente às formas já existentes.³

Lourau adverte então que muitos movimentos artísticos de vanguarda terminam no academicismo, que os movimentos religiosos se transformam em seitas ou em igrejas estabelecidas...

Menos explorado é o campo da institucionalização do saber social morto (destruído por outras forças) em uma ciência. Em diversas especialidades científicas, a crítica ideológica traz à luz, por vezes muito timidamente (negligenciando ou não percebendo a equivalência entre o produtivismo da economia e o produtivismo científico), o processo de institucionalização, as relações entre gênese social e gênese teórica dos conceitos e dos métodos.⁴

É uma crise sacrificial que faz o movimento entrar no molde da instituição, de modo muito paulatino, imperceptível mesmo para uma grande parte dos atores e das testemunhas. Lourau diz ser possível generalizar o *efeito Mühlmann*, ou seja, o fracasso da profecia, a todo movimento social, qualquer que seja a sua natureza. O sacrifício é imposto pela pressão de outras instituições e, eventualmente, pela pressão direta do Estado e da classe dominante, desejosos de fazer entrar em suas fileiras, transformando-as em “matéria social” de troca, as forças

instituintes do movimento oposicionista (idéias, temas formulados pelo movimento).

Uma novidade estética, um desvio libidinal, uma corrente de revolta e de negação da ordem existente, uma particularidade cultural etc., se institucionalizam entrando em concorrência regular com seus homólogos já existentes no mercado. O processo de burocratização é simplesmente uma manifestação, um efeito da institucionalização.⁵

Leitor deste texto de R. Lourau e desejoso de inscrever a AI como uma sociologia do conhecimento, A. Savoye (1994) desenvolveu uma pesquisa aprofundada sobre a institucionalização da sociologia: como se instituiu esta disciplina? Mediante que campos, que questões e que associações o saber social acumulado se tornou ciência social? Que tipos de relação foram construídos entre os primeiros sociólogos e o estado, a empresa, o ensino etc.? Estudando uma escola sociológica particular (a de F. Le Play), sepultada pela ascensão da escola de Durkheim, Savoye exhibe o processo de institucionalização em ação na história das ciências... Grupos de pesquisadores que desejam ser reconhecidos como novas correntes de pensamento procuram fazer esquecer de onde vêm, contra quem se instituem... A. Savoye demonstra, assim, no campo de uma pesquisa sobre institucionalização, que a AI é uma ferramenta essencial para uma socio-história do conhecimento. Desta maneira, inscreve-se no prolongamento das pesquisas de Lefebvre (Hess, 1988), com vistas a "fazer da história um conhecimento útil".

Em livro recente (2000), Georges Lapassade revela que um mesmo fato (as manifestações patológicas que sobrevêm quando da crise da adolescência), em três séculos, é interpretado segundo modelos e discursos bem diferentes. A cada época corresponde um discurso que reorganiza os fatos. Esse procedimento inscreve-se na mesma lógica do trabalho de R. Lourau, quando fala de gênese teórica e gênese social e de princípio de equivalência? Conduz o problema da institucionalização a uma reflexão sobre a maneira pela qual se produzem e reproduzem as

instituições? Porque elas jamais nascem do nada; tampouco os discursos e as idéias.

Sartre descreveu a passagem do grupo em fusão à instituição (1960). Lourau observa que as instituições freqüentemente nascem dos movimentos sociais. Do movimento (momento profético) decorre um processo de institucionalização que faz com que a forma social grupo passe a organização e, em seguida, a instituição. A instituição é, portanto, um amálgama de afetivo, de ideologia e de organização. A base material da instituição a institui definitivamente.

O princípio de falsificação

Numa outra perspectiva (Hess, Authier, 1981; 1994, p. 42), pudemos definir a instituição a partir de seu momento fundador – momento decisivo, neste caso. O nascimento da instituição supõe, com efeito, uma “comunhão fundadora” (Hauriou) e a idéia de obra a realizar. Nesta ótica, o instituinte se define como o que desenvolve uma lógica de verdade em relação ao momento fundador. O instituído, ao contrário, é o que falsifica o espírito fundador da instituição... Os organizadores esquecem freqüentemente o “porquê” de seu trabalho organizacional. A institucionalização é, pois, o recobrimento da profecia por um instituído, cujo efeito é o de negar os objetivos iniciais da instituição para seguir objetivos próprios, sem relação com a profecia do momento fundador. Por exemplo: um organismo é fundado para recolher dinheiro a fim de desenvolver uma pesquisa contra o câncer. Trinta anos depois, descobre-se que 60% do orçamento dessa associação é utilizado para seu próprio desenvolvimento. Há falsificação da profecia inicial.

Este princípio de falsificação foi produzido em 1981 por Michel Authier e Remi Hess. No prolongamento dessa reflexão, inscrevendo-se na confluência das idéias do Michel Serres do *Tiers-instruit* e do René Lourau do efeito Mühlmann, Michel Authier constrói um pensamento crítico efetivamente estimulante em *Pays de connaissances* (Editions du Rocher,

1998). Opõe o *saber* – a seu ver freqüentemente fossilizado, anônimo, apropriado por usurpadores, agentes dos poderes – ao *conhecimento* – vivo, transmitido por quem o faz viver, espécie de objeto de contrabando com o qual brincam tanto o cientista criativo quanto o jovem que quer entrar no mundo ao modo de uma partilha. Reencontramos a tensão que existia, em Guattari, entre objeto e sujeito; em Lourau, entre instituído e instituinte...

Esta teoria, construída no prolongamento de *Arbres de connaissances* (La découverte, 1993, escrita por Michel Authier em colaboração com Pierre Lévy), é uma oportunidade para revisitar a teoria da análise institucional e, particularmente, a teoria de René Lourau. Vimos que, para este, a institucionalização é um fenômeno inelutável que corrói a sociedade. Qualquer idéia, qualquer invenção, qualquer profecia, à medida que toma forma social, entra em institucionalização, ou seja, perde a radicalidade... Michel Authier leva esta reflexão mais longe e explica a degradação pelo princípio de falsificação... Quando uma idéia é comprovada, lhe damos forma social, a institucionalizamos; ao mesmo tempo, fazemos com que perca seu sentido... Por exemplo, o exército de cidadãos do ano II, constituído de soldados amadores, porém convictos das idéias da Revolução, derrota exércitos mais numerosos, constituídos de militares profissionais... Ao se institucionalizar, esquece sua profecia e, reclamando créditos ao Estado, começa a perder a guerra... Com efeito, se uma idéia caminha sozinha, pode dispensar o dinheiro público. Para justificar que lhe seja dado dinheiro, o exército deve perder guerras, a escola deve elaborar argumentos a propósito do fracasso escolar generalizado que ela mesma organiza etc. Assim, brandindo a bandeira da educação, a instituição-escola deve falsificar sua profecia para obter cotas de orçamento.

É também por isso que, na instituição, são detestados os militares combativos; os professores que ensinam muitos grupos de crianças a ler e escrever, de forma fácil e rápida; os pesquisadores que fazem descobertas; os hospitais que curam; os militantes do ambientalismo que

evitam a poluição e as línguas negras; os socioanalistas que produzem uma análise institucional de suas próprias instituições etc. Só se obtém o reconhecimento do Estado fazendo fracassar a razão de nossa existência como instituição!

Há, no pensamento de Michel Authier, o fermento de uma ruptura filosófica total com o pensamento dos poderes estabelecidos. Para os poderes, existir, entrar na história, é construir algo sempre maior, é se impor controlando sempre mais espaço e tempo... A estes “destruidores do planeta”, Authier opõe a sabedoria do povo anônimo, que compreende que ocupar o menor espaço durante o menor tempo possível é a chave da articulação entre o interesse individual e o interesse geral. Através do exemplo de motoristas cuja disciplina coletiva nos engarrafamentos assegura uma regulação máxima da circulação, Authier mostra que se atingem interesses individuais mediante a conscientização dos interesses do coletivo. A demonstração é ainda mais atraente por se apoiar na observação de *grupos sociais reais*.

No prefácio de *Pays de connaissances*, Michel Serres saúda o esforço do autor em tentar associar sabedoria, amor e conhecimento. A leitura desta obra é radicalmente perturbadora. Ao fechar o livro, questionamo-nos acerca do sentido que existe em querer cada vez mais influência, mais poder, mais presença na mídia etc., em detrimento do tempo compartilhado no ambiente doméstico, em nosso bairro, com os amigos etc. É preciso ter consciência de que somos seis bilhões sobre a Terra – explica Michel Authier – e logo seremos nove bilhões... Aprendamos a viver bem com o que cabe a cada um, não mais do que isso! Uma filosofia moral baseada em uma lógica matemática implacável: Authier é matemático de formação e em seguida abordou a filosofia pelo viés da história das ciências...

A crítica que Authier dirige à teoria de institucionalização de Lourau é a seguinte: segundo Lourau, a institucionalização é um processo constante e geral no jogo institucional; Authier, por sua vez, pensa que esse “princípio de equivalência” só é observável em sociedades onde a

conquista do poder é apresentada como o único modo de socialização. Levanta então a hipótese de que tal postura está ultrapassada porque é destruidora da humanidade e que o “bom povo” já funciona, hoje, segundo uma outra lógica. Com efeito, Authier pensa que a evolução (segundo a qual o grupo-sujeito, em sua força instituinte, faculta o nascimento de uma instituição por um processo de institucionalização, sempre falsificador da profecia inicial) não pode ser apresentada como inelutável. Muitos espaços sociais da atualidade mostram relações em rede que superam (*Aufhebung*) a lógica da construção piramidal do poder. Como exemplo, temos o tipo de troca elaborada via Internet. Trata-se de um sistema que em nada falsifica uma profecia. A maneira pela qual os austríacos contestatários do poder vigente se comunicam entre si revela um amplo movimento alternativo que nega a lógica piramidal das antigas lutas, que valorizavam a constituição de uma vanguarda... Em todo caso, este modo de comunicação não é portador de institucionalização. Ninguém tenta “capitalizar”, “recuperar” a dinâmica do grupo social real que emerge através da rede. Este grupo só existe em seu momento “instituinte” e se autodissolve em seguida, antes mesmo da fase de recuperação.

País dos conhecimentos

Caso adotemos a perspectiva de Michel Authier, poderemos igualmente observar um modo de produção institucional diferente do induzido pela teoria de Lourau. Para Authier, as instituições são freqüentemente o produto do encontro de inúmeras instituições que descobrem que existe uma fenda no tecido institucional em relação às necessidades sociais. Efetivamente, as instituições estão ligadas entre si (um estabelecimento de trabalho social, por exemplo, é atravessado por múltiplas instituições: o departamento que assegura seu financiamento, o sindicalismo, o estatuto do pessoal, as convenções estabelecidas com seu

meio etc.). Quando aparece uma necessidade social que não pode ser satisfeita, toma-se a iniciativa de fundar um novo espaço institucional.

Em Lourau, o fato de que as instituições se interpenetrem e formem redes tem por efeito que o processo de institucionalização (envelhecimento das formas institucionais) atinja todo o sistema social (princípio de equivalência). O Estado é uma instituição particularmente central nessa rede (H. Lefebvre, 1978). Observou-se uma dialética centro/periferia neste jogo institucional, dialética esta tanto interna quanto externa às instituições (Hess, 1978)... Já na perspectiva de Michel Authier, ao lado dessa gênese social acumulativa, emerge uma outra lógica social: a das redes que só se ativam na fase instituinte e se dissolvem em seguida, sem tentar, de maneira alguma, erigir em instituído rígido a eficácia do momento instituinte. À inelutável institucionalização, Authier opõe a emergência instituinte, que desemboca em algo da ordem de um fenômeno que muito interessou a Lourau: a autodissolução.

A questão da autodissolução

Reativamos aqui uma questão trabalhada na AI e que sempre apaixonou Lourau particularmente: a da autodissolução das vanguardas. De fato, muito cedo Lourau observa grupos que se opõem conscientemente ao efeito Mühlmann e decidem, voluntariamente, autodissolver-se. Por conseguinte, esta problemática está ligada à da institucionalização.

Conclusão

René Lourau nos deu uma teoria da institucionalização que permanece uma referência, inclusive nas pesquisas atuais, como mostra o último trabalho (*Temporalités en formation*) de Gaston Pineau, voltado a uma reflexão sobre a temporalidade. Pensar o tempo na análise

institucional será uma outra perspectiva de pesquisa, um outro tópico de artigo.

Remi Hess**

Referências Bibliográficas

ARDOINO, J.; LOURAU, R. *Les pédagogies institutionnelles*. Presses Universitaires de France, 1994, "Pédagogues et pédagogies", 128 p.

BOUMARD, P.; HESS, R.; LAPASSADE, G. *L'université en transe*. Syros, 1987.

BOUMARD, P. *Les savants de l'intérieur*. Armand Colin, 1989.

BOUMARD P.; MARCHAT, J.-F. *Chahuts, ordre et désordre dans l'institution éducative*. Armand Colin, 1994. 112 p.

CASTORIADIS, C. *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Le Seuil.

CHEVALLIER, J. *L'institution*. Paris: Presses Universitaires de France, 1981.

FONVIEILLE, R. *L'aventure du mouvement Freinet*. Méridiens Klincksieck, 1989.

GUATTARI, F. *Psychanalyse et transversalita*. Paris: Maspéro, 1973.

HESS, R. *Centre et périphérie*. Toulouse: Privat, 1978; nouvelle édition: Paris: Anthropos, 2001.

HESS, R.; AUTHIER, M. *L'analyse institutionnelle*. Presses Universitaires de France, coll. "L'éducateur", 1994, 132 p., bibliographie actualisée des ouvrages actuellement disponibles.

HESS, R.; SAVOYE, A. *Perspectives de l'analyse institutionnelle*. Méridiens Klincksieck, 1988.

HESS, R.; SAVOYE, A. *L'analyse institutionnelle*. Presses Universitaires de France, coll. "Que sais-je ?", 1993.

HESS, R. *La pratique du journal, l'enquête au quotidien*, Paris: Anthropos, 1998.

HESS, R. *Henri Lefebvre et l'aventure du siècle*. Paris: Métailié, 1988.

HESS, R. *Le lycée au jour le jour*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1989.

LAMIHI A. *De Freinet à la pédagogie institutionnelle ou l'école de Gennevilliers*. Ivan Davy (La Botellerie, 49320 Vauchrétien), 1994.

LAPASSADE, G. *L'ethnosociologie*. Méridiens Klincksieck, 1989.

_____. *Guerre et paix dans la classe, la déviance scolaire*. Armand Colin, 1993.

_____. *Les microsociologies*. Paris Anthropos, 1996.

_____. *Microsociologie de la vie scolaire*. Paris: Anthropos, 1998.

_____. *L'entrée dans la vie* (1963). nouvelle éd. Paris: Anthropos, 1997.

_____. *Groupes, organisations, institutions*. Paris: Gauthier-Villars, 1975.

_____. *Regards sur la dissociation adolescente*. Paris: Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, H. *De l'état*. 4 tome, 1977-78, UGE, 10/18.

_____. *La production de l'espace*. 4° éd. Paris: Anthropos, 2000.

LOBROT, M. *A quoi sert l'école ?* Armand Colin, 1992.

LOURAU, R. *L'analyse institutionnelle*. Paris: Minuit, 1969.

_____. *Le journal de recherche, matériaux pour une théorie de l'implication*. Méridiens Klincksieck, 1988.

_____. *Les actes manqués de la recherche*. Presses Universitaires de France, coll. "Politique éclatée", 1994, 236 p.

_____. *L'instituant contre l'institué*. Paris: Anthropos, 1968.

_____. *L'Etat inconscient*. Paris: Minuit, 1978.

MARTIN, D.; ROYER-RASTOLL, P. *Sujets et institutions*, t. 1 : *Position, cheminement et méthode* ; t. 2 : *Analyste et analyseur*, Paris: L'Harmattan, 1989.

_____. *L'intervention institutionnelle en travail social*. Paris: L'Harmattan, 1987.

OURY, F.; VASQUEZ, A. *Vers la pédagogie institutionnelle*. Paris: Maspéro, 1967.

PAIN, J. *La pédagogie institutionnelle d'intervention*. Matrice, 1993, 215 p.

PINEAU, G. *Temporalités en formation, vers de nouveaux synchroniseurs*. Paris: Anthropos, 2000.

SARTRE J.-P. *Critique de la raison dialectique*. Paris: Gallimard, 1960.

SAVOYE A. *Les débuts de la sociologie empirique*. Méridiens Klincksieck, coll. "Analyse institutionnelle", 1994, 244 p.

WEIGAND, Gaby. *Erziehung trotz Institutionen? Die Pädagogie institutionnelle in Frankreich*. Würzburg, Königshausen+ Neuman, 1983.

_____. *Institutionnelle Analyse, Theorie und Praxis*, (éd. avec R. Hess et G. Prein). Athenäum Verlag, Frankfurt-am-Main, 1988.

* Este texto apareceu a princípio em alemão, em 1999, numa tradução de Gaby Weigand. Foi publicado em francês em 2000. Tradução : Paulo Schneider. Revisão técnica da tradução: Heliana de Barros Conde Rodrigues e Sonia Altoé.

** Departamento de Ciências da Educação, Universidade de Paris VIII.

¹ W. Mühlmann, *Messianismes révolutionnaires du tiers-monde*, trad. fr. Gallimard, 1968.

² R. Lourau, "Analyse institutionnelle et question politique", *L'homme et la société* n° 29-30, p. 23.

³ R. Lourau, "Analyse institutionnelle et question politique", p. 25.

⁴ R. Lourau, "Analyse institutionnelle et question politique", p. 25.

⁵ R. Lourau, "Analyse institutionnelle et question politique", p. 25.

** Departamento de Ciências da Educação, Universidade de Paris VIII.